

CFESS Manifesta

Dia Nacional contra a Baixaria na TV

Brasília, 21 de outubro de 2012
Gestão Tempo de Luta e Resistência



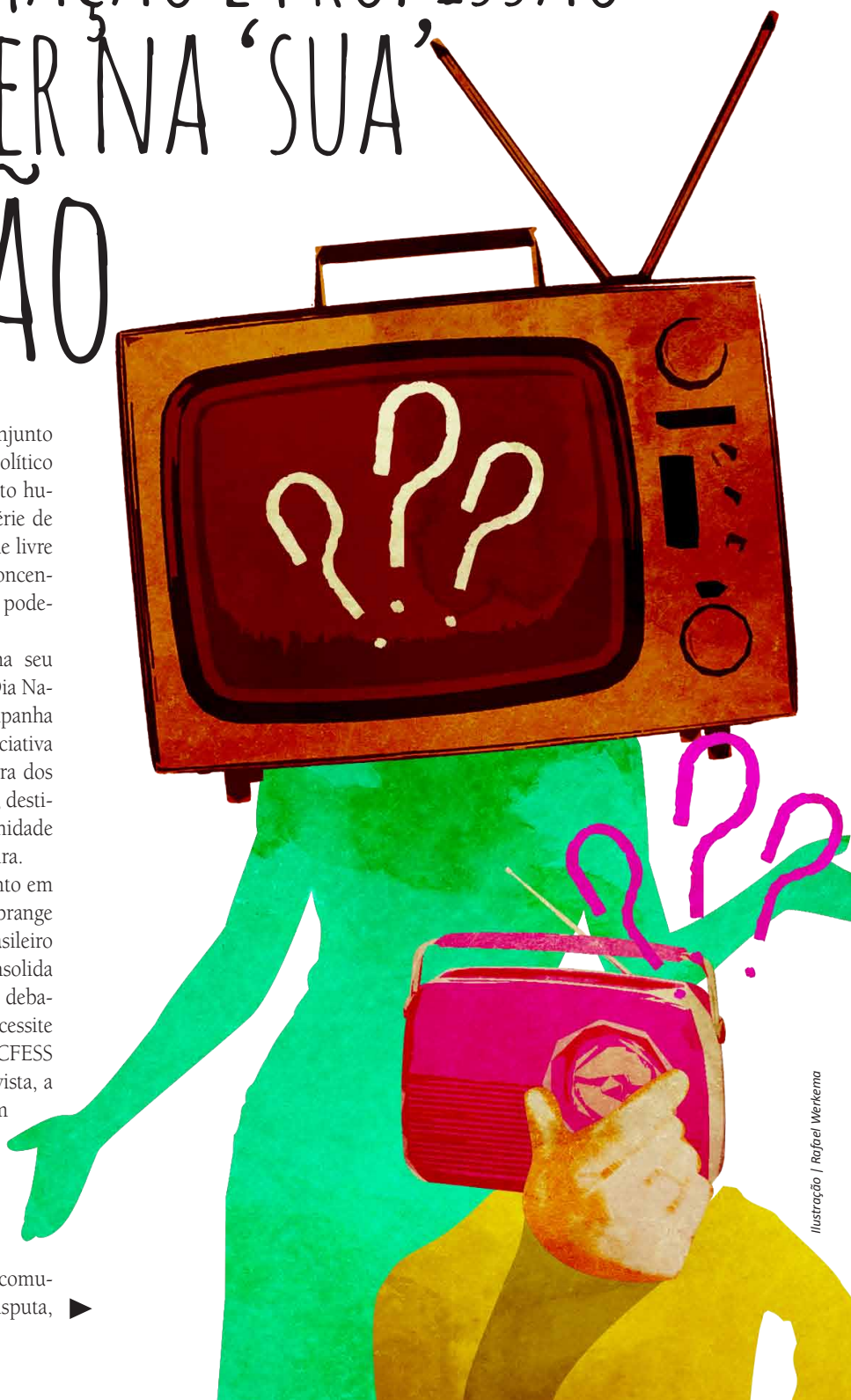
QUE PROGRAMAÇÃO E PROFISSÃO VOCÊ QUER VER NA 'SUA' TELEVISÃO

A luta pelo direito à comunicação está inserida no conjunto de princípios e ações que compõem o projeto ético-político do serviço social. Falar em comunicação como direito humano e bem público significa, num contexto de uma série de inovações tecnológicas, defender um projeto de sociedade livre e democrática, especialmente em uma realidade de alta concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos e poderosos conglomerados midiáticos, como ocorre no Brasil.

Nesse sentido, o Conjunto CFESS-CRESS reafirma seu compromisso com a luta expressa neste 21 de outubro, Dia Nacional contra a Baixaria na TV, data instituída pela Campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em parceria com entidades da sociedade civil, destinada a promover o respeito aos direitos humanos e à dignidade de cidadãos e cidadãs nos programas da televisão brasileira.

A opção política do CFESS de aderir a esse movimento em 2010 e de inserir a campanha em sua agenda de lutas abrange não só o compromisso ético-político do serviço social brasileiro em defesa da comunicação como direito, mas também consolida a importância da participação de assistentes sociais neste debate, ainda que para o serviço social ele seja incipiente e necessite de maior aprofundamento. Por isso, ao elaborarmos um CFESS Manifesta especialmente para a data, temos, à primeira vista, a intenção de provocar assistentes sociais e a sociedade em geral sobre a importância de sua participação na construção de uma programação que trate de maneira ética, qualificada e igualitária a diversidade nacional, com o objetivo de reforçar a luta contra a dominação cultural promovida pela lógica capitalista.

No entanto, nosso objetivo central é o debate sobre a comunicação no Brasil e como o serviço social se insere nessa disputa, ►



► em defesa de outro projeto societário, que possibilite a emancipação humana.

A Política de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS, além de entender a comunicação como direito humano, aponta outros horizontes para a intervenção das comissões de Comunicação do Conjunto. O documento estabelece, por exemplo, como um de seus objetivos, “dar visibilidade à profissão, afirmando a imagem do/a assistente social em sintonia com o projeto ético-político, fortalecendo a compreensão do serviço social pela sociedade”.

Esse é, sem dúvida, um dos maiores desafios postos à categoria, particularmente devido às dificuldades de inserção da profissão em uma mídia alocada em um sistema historicamente carente de regulamentação, dominado pela concentração econômica, fruto de grandes aquisições e fusões, e distribuído nas mãos de um grande empresariado que utiliza a notícia como mercadoria.

Soma-se a isso a construção teórico-política e crítica do serviço social brasileiro relativamente jovem, se a datarmos a partir do Congresso da Virada, em 1979, quando se rompeu com o conservadorismo na profissão, e o recente investimento do Conjunto CFESS-CRESS, por meio das assessorias de comunicação, tendo as primeiras pouco mais de uma década de existência.

O resultado é uma grande dificuldade de inserção do serviço social na agenda da mídia brasileira. E quando isto ocorre, em diversas vezes, não é da maneira crítica como gostaríamos. Isso significa dizer, por exemplo, que uma parte da mídia (e até mesmo de outros setores da sociedade) insiste em enxergar serviço social como caridade.

Por isso, urge aprofundarmos o debate sobre como fortalecer a inserção do serviço social na mídia de forma ética e qualificada, antepondo-se à visão meramente assistencialista que ainda se tem da profissão. Para isso, torna-se prioritário, por exemplo: elaborar material que procure dialogar diretamente com veículos de comunicação sobre a profissão (e para isso, o CFESS está concluindo a produção do folder para a mídia, com as principais informações sobre o serviço social, que será lançado em dezembro); aprofundar o estudo sobre a linguagem a ser utilizada, tendo em vista a aprovação da deliberação 2 do eixo Comunicação, no 41º Encontro Nacional, reali-

A OPÇÃO POLÍTICA DO CFESS DE INSERIR A CAMPANHA CONTRA A BAIXARIA NA TV EM SUA AGENDA DE LUTAS ABRANGE NÃO SÓ O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO EM DEFESA DA COMUNICAÇÃO COMO DIREITO, MAS TAMBÉM CONSOLIDA A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NESTE DEBATE, AINDA QUE PARA O SERVIÇO SOCIAL ELE SEJA INCIPIENTE E NECESSITE DE MAIOR APROFUNDAMENTO

zando em 2012 em Palmas (TO), que definiu pela utilização de linguagem não sexista por todo o Conjunto CFESS-CRESS, como crítica ao machismo, à heteronormatividade e ao racismo da gramática tradicional.

A deturpada visão sobre a profissão não se limita às páginas noticiosas, alcançando também o entretenimento. Exemplo disso são as recentes retratações de assistentes sociais em programas televisivos de âmbito e repercussão nacional, como novelas e seriados, que provocam a elaboração de notas públicas do CFESS, em repúdio às formas deturpadas e agressivas de caracterização do/a profissional, ainda que em obras fictícias, conforme defesa das emissoras.

É nessa perspectiva que o CFESS manifesta repúdio aos programas radiofônicos e televisivos, incluindo-se novelas, jornalísticos, policiais, que não só destoam gravemente da realidade ao retratar a profissão, mas que também se caracterizam pelas manifestações discriminatórias, violentas e contrárias ao que determina a Constituição Federal do Brasil, nos quatro incisos do artigo 222, que especificam os princípios a serem atendidos pela produção e programação das emissoras de rádio e de televisão: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional; regionalização da produção cultural, artística e jornalística e o respeito aos valores éticos e sociais.

Tal posicionamento do Conjunto CFESS-CRESS vem reforçar a deliberação 9 do eixo Comunicação, também aprovada no 41º Encontro Nacional, destacando a luta pelo direito à infor-

mação para assistentes sociais e para a sociedade. Nesse sentido, a incidência de todos os CRESS e Seccionais, com o objetivo de criar estratégias de materialização da Política de Comunicação, com base em iniciativas locais, de acordo com a realidade de cada região, também é essencial para uma maior difusão desse posicionamento, já que pelo menos vinte regionais contam com algum tipo de assessoria de comunicação.

Outro desafio colocado ao Conjunto CFESS-CRESS é a inserção no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que afirma que “a luta pela democratização da comunicação vincula-se aos esforços para uma reestruturação da sociedade brasileira, com o estabelecimento de garantias para o acesso a serviços públicos, ao trabalho e a condições de vida dignas para a população”. A partir disso, é importante também que se busquem espaços similares para este debate, como o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, que também defende a comunicação como direito, “como um processo social fundamental, uma necessidade humana básica”. Outra tarefa é acompanhar o trabalho do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, que infelizmente ainda tem um processo de seleção autoritário e antidemocrático, cabendo as escolhas à Mesa Diretora do Congresso, mas que tem representação da sociedade civil.

O debate aqui apresentado demonstra, para além da luta em defesa da comunicação como direito humano, o papel fundamental e não menos importante da Comunicação no Conjunto CFESS-CRESS, e coloca em pauta os desafios e as estratégias que norteiam a defesa do serviço social por uma sociedade sem opressão, discriminação e exploração. Este é um dos eixos de discussões que serão aprofundadas no 3º Seminário Nacional de Comunicação, com o tema Redes Sociais, Linguagem e Política, que será realizado em 2013 em Recife (PE), antecedendo o 42º Encontro Nacional.

Como afirma nossa própria Política de Comunicação, “não subestimamos nem superestimamos a comunicação e a mídia como espaço de socialização radical da informação. Mas defendemos o acesso à informação como direito e condição para a democracia e para a socialização da política”.



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

SCS Quadra 2, Bloco C,
Edf. Serra Dourada,
Salas 312-318
CEP: 70300-902
Brasília - DF
Fone: (61) 3223.1652
Fax: (61) 3223.2420
cfess@cfess.org.br

Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)

PRESIDENTE Sâmya Rodrigues Ramos (RN)

VICE-PRESIDENTE Marinete Cordeiro Moreira (RJ)

1ª SEC. Raimunda Nonata Carlos Ferreira (DF)

2ª SECRETÁRIA Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

1ª TESOUREIRA Juliana Iglesias Melim (ES)

2ª TESOUREIRA Maria Elisa Dos Santos Braga (SP)

CONSELHO FISCAL

Kátia Regina Madeira (SC)

Marylúcia Mesquita (CE)

Rosa Lúcia Prêdes Trindade (AL)

SUPLENTES

Heleni Duarte Dantas de Ávila (BA)

Maurílio Castro de Matos (RJ)

Marlene Merisse (SP)

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)

Alcinélia Moreira De Sousa (AC)

Ervã Garcia Velasco - Tuca (MT)

Marcelo Sitkovsky Santos Pereira (PB)

CFESS MANIFESTA

Dia Nacional Contra a Baixaria na TV

Conteúdo (aprovado pela diretoria):

Diogo Adjuto e Rafael Werkema

Assessoria de comunicação:

Rafael Werkema - JP/MG 11732

Diogo Adjuto - JP/DF 7823

Revisão: Diogo Adjuto

Design e ilustrações: Rafael Werkema